

Revista EDUCAMAZÔNIA - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, LAPESAM, GISREA/UFAM/CNPq/EDUA – ISSN 1983-3423 – Ano 4, Vol 1, nº6, jan-jun, 2011, Pág. 165-186

DA NATURALIZAÇÃO À PERPETUAÇÃO: O PAPEL DO QUOTIDIANO DE NOSSAS CRENÇAS SOCIAIS NO PROCESSO DE PERCEPÇÃO DAS VÁRIAS FORMAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER*

Juliana Barbosa Lins de Almeida
Joseli Bastos da Costa
Universidade Federal da Paraíba

RESUMO: A violência contra a mulher é um fenômeno social complexo devido à multiplicidade de suas formas de expressão e sua percepção se dá a partir de várias dimensões perceptiva. Por se tratar de um fenômeno intrinsecamente engendrado no âmago da cultura patriarcal, muitas de nossas crenças já se encontram disseminadas pela força do hábito. A permissividade social à violência do homem contra a mulher fornece uma espécie de “passe livre” para os homens cometerem várias expressões da violência, sem que estas sejam percebidas e consideradas como tal. Assim, este artigo tem como principal objetivo analisar o fenômeno da violência contra a mulher como um problema social e de gênero. Deste modo, propõe a análise das relações existentes entre as crenças sociais essencialistas e construtivistas acerca das diferenças entre homens e mulheres e a percepção da violência do homem contra a mulher, através de uma pesquisa realizada na cidade de João Pessoa, Paraíba, numa amostra composta por 449 estudantes, entre secundaristas e universitários. Os instrumentos utilizados foram uma escala de crenças sociais acerca das diferenças entre homens e mulheres e um questionário de percepção social da violência do homem contra a mulher, além de um questionário sócio demográfico. Os resultados demonstraram ainda que tanto a posição relativa dos sujeitos no contexto social da violência quanto a sua adesão a uma posição essencialista naturalizadora ou a uma posição construtivista social afetam a percepção e a construção social dos significados da violência do homem contra a mulher.

Palavras-chave: Violência contra mulher. Crenças essencialistas. Crenças construtivistas, Percepção social.

* Este artigo foi elaborado a partir dos resultados encontrados na minha pesquisa de mestrado intitulada “Crenças sociais acerca das diferenças entre homens e mulheres e suas relações com a percepção da violência do homem contra a mulher”, realizada com o apoio financeiro do CNPq através do programa de mestrado da Universidade Federal da Paraíba.

FROM NATURALIZATION TO PERPETUATION: THE EVERYDAY ROLE OF OUR SOCIAL CREEDS IN THE PROCESS OF PERCEPTION OF THE MANY FORMS OF VIOLENCE AGAINST WOMEN

ABSTRACT: Violence against women is a complex social phenomenon due to the multiplicity of its forms of expression and its realization comes from multiple perceptual dimensions. Because it is inherently a phenomenon engendered in the heart of patriarchal culture, many of our beliefs are already spread by force of habit. The social permissiveness of violence of man against the woman provides a kind of "free pass" for men committing various expressions of violence, without their being perceived and treated as such. Thus, this article is meant to examine the phenomenon of violence against women as a social problem and so as a gender problem. So, proposes the analysis of the relationship between essentialist and social constructivist beliefs about the differences between men and women and the perception of violence of man against the woman, through a study in the city of Joao Pessoa, Paraiba, a sample of 449 students between high school and college. The instruments used were a range of social beliefs about the differences between men and women and a questionnaire on social perceptions of violence of men against women, and a sociodemographic questionnaire. The results also showed that both the relative position of the subjects in the social context of violence and its adherence to an essentialist position or naturalizing a social constructivist position affect perceptions of the meanings and the social construction of men's violence against women.

Keywords: Violence against women. Essentialist beliefs. Constructivist beliefs. Social perception.

I. INTRODUÇÃO

As muitas pesquisas sobre a violência contra a mulher tanto no campo dos estudos das ciências sociais e humanas quanto no campo da saúde têm se detido a temas recorrentes que geralmente associam a semântica da violência às violências física e sexual. Estudada sobre diversos aspectos, desde os estudos que procuram entender a sua relação com a classe social (Gianini, Litvoc & Eluf Neto, 1999; Camacho, 2001; Macedo, Paim, Silva & Costa, 2001;) e com o uso de álcool e/ou drogas ilícitas como possíveis agentes influenciadores da violência (Bonifaz & Nakano, 2004; Laranjeira & Hinkly, 2002; Minayo & Deslandes, 1998) como sob a perspectiva da saúde da mulher violentada (Alves & Coura-Filho, 2001; Deslandes, Gomes & Silva, 2000; Adeodato, Carvalho, Siqueira & Matos e Souza, 2005; Silva, 2003; Schraiber, D'Oliveira, França- Junior & Pinho, 2001), poucas pesquisas se inscrevem no âmbito da análise do fator sociocultural para a permanência do cenário da violência contra a mulher. Por ser um fenmeno extremamente complexo, com raízes profundas na desigualdade do poder simbólico entre os homens e mulheres, essa violência se encontra esboçada na institucionalização social dos papéis, das expectativas e das crenças de gênero.

A psicologia por tradição atem-se ao estudo da agressão. Esta, por definição se refere ao ato intencional de causar dano a outrem e envolve necessariamente um agente. No entanto, a violência – especialmente a violência contra a mulher – se insere num contexto social peculiar a agressão. A violência endereçada à mulher não é causada somente numa relação interindividual inserida num contexto específico, envolvendo um agente específico. As manifestações de violência contra a mulher são resultantes de uma cultura que a subjuga a um papel social secundário em relação ao homem. Portanto, considera-se aqui que a violência contra as mulheres é fundamentada por desequilíbrios de poder entre os homens e as mulheres e é causado e perpetuado por fatores sociais e culturais que justificam esta violência gerando um consentimento social que suporta e aporta a violência ao sabor do tempo.

Entendendo a urgência de se aproximar das raízes sociais da violência contra a mulher e tomando como base o modelo ecológico proposto por Heise (1998, In: Heise L, Ellsberg M, Gottemoeller M, 1999; Blanco, Ruiz-Jarabo, De Vinuesac & Martín-García, 2004), buscou-se explicação nas crenças sociais sobre as diferenças entre homens e mulheres, levando em consideração duas linhas de pensamento opostas - o essencialismo e construtivismo social.

Através dos dados obtidos neste estudo, pôde-se inquirir como são percebidas e avaliadas as situações de violência física, sexual, simbólica e socioeconomica e sob perspectivas antagonicas através de uma adesão diferencial, como as crenças sociais essencialistas e construtivistas sobre as diferenças entre homens e mulheres medeiam esta percepção. Compreender esta adesão a essas crenças constitui um importante aspecto da percepção da violência contra a mulher, pois estrutura as explicações sociais em pólos distintos e fornece, portanto, formas distintas de justificá-la.

II. SOBRE AS CRENÇAS SOCIAIS ESSENCIALISTAS E CONSTRUTIVISTAS

Crenças sociais como, por exemplo, “homem não chora” e “mulher é o sexo frágil” circundam os universos masculino e feminino em nossa sociedade, e é a partir das relações sociais constituídas que essas crenças se dão. De acordo com Krüger (2004), a expressão das crenças ocorre por intermédio de assertivas ou proposições aplicadas à experiência social. A formação das crenças se dá a partir do processo de socialização, uma vez que as crenças têm função adaptativa pela natureza cognitiva e

pela configuração simbólica da realidade. As crenças produzem conseqüências na cognição, na afetividade e no comportamento.

O debate sobre a origem das diferenças entre homens e mulheres porfia sobre a origem da natureza dessas diferenças serem determinadas por fatores biológicos (nature) ou fatores sociais (nurture) (Archer, 1996; in Poeschl, Múrias e Ribeiro, 2003). As explicações baseadas na influência da natureza baseiam-se nas diferenças físicas ou fisiológicas, incluindo estudos sobre a diferenciação no desenvolvimento do cérebro e diferenças hormonais. Já as explicações com base na cultura ressaltam a importância da socialização e dos processos de aprendizagem social dos comportamentos apropriados para explicar as diferenças entre homens e mulheres.

Soihet (2001) indica que essa discussão é antiga e data a Revolução Francesa como um ponto de partida para essa reflexão. De acordo com a autora, a idéia de razão, liberdade, igualdade, conquistas ambicionadas pela revolução, denotava certo sentido paradoxal, porque excluía as mulheres desses direitos com argumentos fundados a partir de razões naturais em afirmativa da inferioridade delas. Ainda de acordo com ela, para muitos filósofos iluministas, o conceito de mulher não incluía as qualidades necessárias à imaginação e invenção, cabendo a elas o atributo da beleza e este, incompatível com a genialidade. A justificativa oferecida para essa distinção era que nas mulheres, o processo mental e genético que conduziria a abstração e a generalização teria sido congelado, restando apenas à imaginação, mas não a referida ao conhecimento, mas sim a questões mundanas. Com isso, a inferioridade e incapacidade natural para o conhecimento também era responsável pelo assenso aos papéis específicos, como declara Soihet (1997):

Nelas, portanto, a inferioridade da razão era um fato incontestável, bastando lhes cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido, ser-lhe fiel, cuidar dos filhos. Relacionando-se, apenas, com o mundo ao nível do concreto, mantinham-se, perpetuamente na infância, incapazes de ultrapassar o mundo da domesticidade que lhes fora legado pela natureza (p. 9).

A natureza própria e natural da mulher a qual a autora se refere diz respeito a um dos aspectos basais do conceito de essencialismo - a existência de uma essência que é geral e invariável que fundamenta a pertença dos membros a um determinado grupo ou categoria (Locke, 1959; Medin, 1989; In: Gelman, 2004). Uma boa definição deste conceito pode ser encontrada em Haslam, Bastian, Bain e Kashima (2006) o definem como sendo:

(...) uma ontologia *naive* que imputa uma realidade profunda e não-observável a certas categorias e esta realidade ou ‘essência’ dá origem a superfície que caracteriza os membros da categoria, de forma imutável e inalterável por intervenção humana, tendo para isso uma base natural. (p. 64) ¹

Esta definição avança no entendimento de como essa suposta essência transpõe-se para realidade social, compreendendo que a essência ascende uma superfície, ou seja, figurativamente concede uma aparência, um aspecto que unifica algumas das características compartilhadas pelos membros.

Para Prentice e Miller (2006), o essencialismo é a teoria da representação de categorias, segundo a qual as pessoas chegam à categorização de muitos objetos através da heurística essencialista. Para eles nós somos “essencializadores” seculares. Segundo Gelman (2004) e Mahalingan e Rodriguez (2003), pesquisas recentes sobre o essencialismo sugeriram que as crenças nas essências e disposições inatas estão presentes nas convicções de crianças e também funcionam como um raciocínio heurístico prontamente disponível. Segundos estes autores, pesquisas realizadas por Taylor (1996) e Hirschfeld (1996) comprovam que crianças de cinco anos já possuem noções essencialistas de gênero e de raça. Deste modo, se presume que os pressupostos essencialistas são utilizados desde muito cedo para elaborar teorias de gênero, porém estão sujeitos às diferenças de local e de cultura.

No entanto, segundo Hirschfeld (1998), o debate sobre as diferenças de gênero dentro das ciências sociais é conduzido por outras perspectivas, uma vez que as explicações sobre os sistemas de classificação e generalização não são considerados como sendo inevitáveis, mas sim intimamente ligados a sistemas de poder e autoridade que associam a taxonomia de gênero a regimes injustos. Segundo Mahalingam (2005), estudiosos do construcionismo social já haviam apontado para o papel central do essencialismo em naturalizar a existência de iniquidade de poder em vários grupos sociais, como raça e gênero. Ainda de acordo com o autor:

(...) o processo de naturalização é uma forma de essencializar a raça e o gênero. Se o essencialismo é uma forma de preconceito cognitivo, o construcionismo social torna claro que isso foi transmitido em função da legitimação da exploração de poder.

¹ Livre tradução

Em contraste com uma perspectiva essencialista, o construtivismo social assume o gênero como uma construção social e, como afirma Nogueira (2001), “como um sistema de significados que se constrói e se organiza nas interações” (p. 21). Diferentemente do que enuncia o essencialismo, as diferenças entre homens e mulheres não são postas em relação à naturalização de atributos de um e de outro, mas sim nas relações sociais. De acordo com essa perspectiva, as pessoas constroem os significados através dos discursos disponíveis à sua volta, e assim, as diferenças de gênero e os significados construídos sobre elas estão dispostos em cada sociedade, e são disseminados através das relações inter-pessoais.

Deste modo, a biologia define apenas o sexo, mas não tem contribuição efetiva, senão a física, nas explicações dessas diferenças. Em consonância com esses pressupostos, Strathern, (1987, in Maia & Lopes, 2003) salienta que não são em todos os sistemas sociais que se reconhecem a separação radical dos papéis de gênero, defendendo então, a impossibilidade da generalização biológica que a teoria essencialista propõe. Assim, como também afirmam Schraiber & D’Oliveira (2002) e Giffin (1994, 1991), o masculino e o feminino são construtos sociais, o que se contrapõe à noção da essencialidade dos comportamentos sociais com base nas características sexuais.

III.SOBRE A RELAÇÃO DAS CRENÇAS COM A PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Para evidenciar como as crenças sociais estão imbricadas no processo de perceber as formas de violência contra a mulher, pesquisas transculturais foram realizadas para trazer a tona situações em que a violência é aceita em algumas culturas e em outras não. De acordo com pesquisas do *The Center for Health and Gender Equity* (CHANGE), organização norte-americana não-governamental de políticas internacionais voltadas para a saúde e para os direitos das mulheres, crianças e outras populações vulneráveis na África, Ásia, e América Latina, realizadas entre 1985 e 1999 em diferentes países, incluindo o Brasil, foi verificado que em numerosas culturas se sustenta que o homem, em determinadas situações, tem o direito de controlar o comportamento da esposa e que a mulher que questiona esse direito pode ser castigada através de manifestações de violência. Dentre as situações onde a violência do homem contra a mulher é justificada, a mais comumente citada é a recusa de manter relações

sexuais. Outras situações citadas na referente pesquisa estão: ser descuidada nos afazeres domésticos e com os filhos; suspeita de adultério e desobediência. Estas formas de comportamento constituem transgressões às normas relativas ao gênero.

Há em geral variações do suporte social para a violência contra a mulher. Estas variações são manifestadas em algumas sociedades através das distinções entre razões justas e injustas à causa violência, assim como níveis aceitáveis e inaceitáveis para a agressão. Em muitos países, a noção de “causa justa” está associada a quem comete o ato violento e sob que condições. Maridos ou anciões podem ter o direito de castigar fisicamente uma mulher por certas transgressões, porém, dentro de certos limites (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999).

Uma das dificuldades encontradas em relação à percepção social frente à caracterização da violência contra a mulher é a de se estabelecer cognitivamente um conceito unívoco, que abranja com alcance apropriado, todas as experiências que se situam dentro desse continuum. Portanto, a percepção social aqui apreciada se refere à percepção dos vários tipos de violência contra a mulher, sendo esses a violência física, sexual, simbólica e da discriminação socioeconômica, praticados seja diretamente por homens, seja pelo sistema patriarcal, que, como preceitua Bem & Bem (1973), “*prepara a mulher para conhecer seu lugar*”.

Ao perceber um evento como violento ou não, faz-se uso de mecanismos atributivos, como forma de estratégias de percepção. Um dos caminhos aqui proposto para desvendar esse invólucro foi inculcar através das dimensões perceptivas da categorização, da comunidade², da justificação e da punição as inter-relações destas para posteriormente analisá-las em relação às crenças essencialistas e construtivistas sobre as diferenças entre homens e mulheres. Portanto, a violência contra a mulher não pode ser entendida e erradicada sem que haja o confronto dos processos subjacentes referentes às convicções e estruturas sociais, ou seja, as atitudes e crenças sociais que a fundamentam, encorajam e perpetuam-na.

² A opção pelo termo deu-se por sua primeira significação nos dicionários de Língua Portuguesa pesquisados convergir para: “qualidade do que é comum” (Houaiss, Villar & Franco, 2001; Ferreira, A. B. H., 1999.)

IV.MÉTODO

Com o objetivo de analisar a importância das crenças sociais acerca das diferenças entre homens e mulheres para a percepção da violência contra a mulher, foram consideradas duas categorias de explicação dessas diferenças: o essencialismo e o construtivismo social. Os resultados estão ancorados na abordagem qualitativa e foram analisados através do pacote estatístico SPSS, versão 13.0.

Procedimentos

Os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionários em duas instituições públicas de ensino na cidade de João Pessoa, Paraíba, junto a uma amostra intencional do tipo não-probabilística composta por 449 estudantes do ensino fundamental e universitário de ambos os sexos com idade entre 14 e 39 anos, com idade média de 19 anos (d.p.=3,97).A escolha desta amostra se deu por dois motivos. Primeiro, os estudantes compõe uma fatia importante da população brasileira. Noutro aspecto, eles se situam no processo do meio, entre a aprendizagem e a capacidade de modificação do sistema das crenças sociais preexistentes. Além disso, cabe ressaltar que, além de a população estudantil ser representativa em nossa sociedade, investigar essa população é poder romper com um dos grandes estereótipos, o de que a violência somente tem lugar nas classes sociais subalternas e dotadas de recursos culturais empobrecidos (INEP, 2002). O segundo motivo se refere o parcimnia e o fácil de acesso o referida população.

Os questionários foram aplicados de forma coletiva, utilizando-se um procedimento padrão, em que a equipe de quatro aplicadores foi previamente treinada e orientada para intervir o mínimo possível nas respostas dadas pelos participantes, minimizando, assim, a possibilidade de viés de resposta. Foram passados os esclarecimentos sobre o anonimato e sigilo, garantido o caráter voluntário da participação e, obtido o consentimento verbal, os participantes foram orientados quanto ao preenchimento dos questionários. O tempo para a resposta do questionário foi de vinte a trinta minutos e não foram observadas rejeições.

Para realizar este estudo contou-se com a autorização dos responsáveis pelas instituições e com o consentimento livre e esclarecido de cada um dos participantes, observando-se assim o respeito o diretrizes ticas que regem a pesquisa com seres humanos.

Instrumentos

O questionário utilizado foi construído para esta pesquisa é composto de duas partes. A primeira se refere a uma escala de adesão às crenças sociais sobre as diferenças entre homens e mulheres, baseado no estudo de Antas (2005) sobre visões sociais de homem e de mulher, que compreendeu um levantamento de atributos categoriais (estereótipos) sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Os atributos categoriais mais citados foram transformados em afirmativas, compondo vinte idéias ou crenças socialmente compartilhadas a respeito de como as pessoas pensam que são os homens e de como pensam que são as mulheres. Constando de vinte crenças acerca dessas diferenças, dentre as quais, dez foram classificadas em crenças essencialistas e dez em crenças construtivistas, os participantes tinham que responder em relação a essas através de uma escala de concordância de cinco pontos do tipo Likert, que variava de 1= discordo totalmente a 5 = concordo totalmente. Um dos exemplos crença essencialista presente está “os homens têm mais capacidade de liderança que as mulheres”.

A segunda parte foi composta de um questionário que avalia a percepção social da violência contra a mulher, contendo oito histórias que versaram sobre um tipo de violência, dentre as quais, as violências física, sexual, simbólica e da discriminação socioeconômica. Esta percepção foi avaliada em quatro níveis: comunidade, categorização, justiça e punição, onde os participantes tinham que avaliar o comportamento violento contra a mulher a partir de uma escala de avaliação, que variou de 1= nada a 5= totalmente.

Através dos dados obtidos pôde-se inquirir como são percebidas e avaliadas as situações de violência física, sexual, verbal e socioeconômica e sob perspectivas antagônicas através de uma adesão diferencial, como as crenças sociais essencialistas e construtivistas sobre as diferenças entre o gênero medeiam esta percepção.

V. RESULTADOS E DISCUSSÕES

1. Análise do questionário de percepção social da violência do homem contra a mulher

Para avaliar a percepção da violência em relação às quatro dimensões, procedeu-se a análise descritiva das dimensões avaliativas da percepção da violência contra a mulher através do cálculo das médias e respectivos desvios-padrão. Os resultados descritivos apresentam os escores médios da amostra em relação a cada item

do questionário da percepção da violência do homem contra a mulher. A apresentação é feita por tipo de violência, conforme pode ser observado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Média global e desvio padrão no questionário da percepção da violência do homem contra a mulher em relação às dimensões comunidade, categorização, justificação e punição (N= 449)

Dimensões da percepção Situções de violência	Comunidade (o quanto é comum)		Categorização (o quanto é violento)		Justificação (o quanto é justo)		Punição (o quanto é punível)	
	Media	DP	Média	DP	Média	DP	Média	DP
Empurrão	3,31	1,19	3,21	1,31	2,37	1,28	2,58	1,34
Tapa na cara	3,32	1,26	4,66	0,74	1,19	0,66	4,34	1,03
Sexo forçado por marido	3,24	1,19	4,25	1,07	1,31	0,81	3,83	1,34
Cantada grosseira em via pública	4,28	1,02	3,00	1,33	2,08	1,27	2,74	1,42
Piada sexista	3,67	1,15	3,29	1,34	1,56	0,97	3,12	1,14
Diferenciação dos papéis reprodutivos	3,61	1,24	3,37	1,33	1,46	0,91	2,95	1,46
Discriminação salarial	3,48	1,24	3,35	1,13	1,23	0,73	3,90	1,30
Discriminação profissional	3,49	1,15	3,62	1,34	1,23	0,68	3,92	1,21

De acordo com os resultados expostos na Tabela 1, o tipo de violência percebido como menos comum é a violência sexual que se refere a “sexo forçado”, com média de 3,24 (DP= 1,19). Esse resultado acorda com os estudos sugeridos por Dantas-Berger e Giffin (2005), que apesar de constatarem a comunidade desses eventos dentro das relações de conjugalidade, como no exemplo aqui sugerido, afirmam que estas práticas acabam por ser invisibilizadas pela naturalização do papel de esposa, que abarca a concessão ao sexo, mesmo contra a vontade. Por sua vez, o tipo de violência considerado como mais comum (media = 4,28 e DP = 1,02) corresponde ao segundo exemplo de violência sexual que se refere ao que aqui se define como “cantada grosseira”. Este é também o item considerado como o menos violento (média = 3,00, DP = 1,33). Assim, uma relativa banalização em relação à violência sugerida no mesmo item, pode ser demonstrada pela menor média na categorização. Deste modo, a “cantada” por ser uma prática considerada como comum, tende a ser percebida como pouco violenta.

Se observado bem, ainda sobre o item “sexo forçado”, o oposto ocorre. Sendo este considerado como pouco comum, ele recebe a segunda maior média na dimensão da categorização. O mesmo ocorre com o item considerado como mais violento (“tapa na cara”), que também tem uma das médias mais baixas na dimensão da comunidade. Com esses resultados, pode-se inferir uma correlação oposta entre as dimensões da comunidade e da categorização. Deste modo, quanto mais comunidade for percebida num evento, menos violência será atribuída. E quanto menos comunidade for percebida, mais violência se atribuirá.

A violência física sugerida exemplificada no questionário como “dar uma tapa”, foi considerada como o tipo mais violento (média = 4,66; DP = 0,74), menos justificado (média = 1,19; DP = 0,66) e mais passível de punição (média = 4,34; DP = 1,03). Na situação em questão, a violência acontece no contexto onde há a combinação de fatores internos (a falta de controle do homem) e fatores externos (preocupação financeira), conforme propõe Heise, Ellsberg e Gottemoeller (1999). Os resultados sugerem uma conscientização social em relação à questão da violência física, antes percebida como direito concedido ao homem (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999; Heise, 1994; Sousa, 2004; Dobash, Dobash, Wilson & Daly, 1992).

A percepção da violência física do homem contra a mulher como uma forma inadequada de comportamento pode também explicada a partir da influência midiática, representada através das diversas campanhas e lutas feministas veiculadas e disseminadas nos meios de comunicação ao longo do tempo. A expressão “Quem ama não mata” teve sua origem na onda de crimes passionais que ocorria em meados dos anos de 1970 no Brasil. Um dos casos mais famosos é o de Doca Street, que matou sua companheira Ângela Diniz, em 1976 (Blay, 2003). Em 1982, uma emissora de televisão produziu uma minissérie tendo como título a expressão acima citada, abordando o tema da violência contra a mulher nas relações de conjugalidade. Outras expressões, como “Em mulher não se bate nem com uma flor”, fazem parte da rede de significados compartilhados em nossa cultura acerca da violência e de suas conseqüências. Em pesquisa em nível nacional coordenada pelo Instituto Patrícia Galvão no ano de 2004, sobre o que a sociedade pensa da violência contra mulher, verificou-se que 88% dos participantes da pesquisa nas cinco regiões do país concordaram com essa afirmação.

Por ser o tipo de violência mais estudado, a violência física recebe maior atenção por parte da sociedade em geral, inscrevendo-se em discursos e atitudes contrários à sua prática. Paradoxalmente, o outro exemplo de violência física, o

“empurrão”, foi percebido como o mais justo (média = 2,37, DP= 1,18) e menos punível (média = 2,58, DP= 1,34). Trata-se, no exemplo, de uma situação em que, quando *provocado pela mulher*, o homem a agride através de um empurrão. Essa ambigüidade propositalmente inserida no questionário revela, ao mesmo tempo em que questiona, o aspecto relacional e situacional da violência. Esses resultados levam a uma reflexão acerca de limites para a agressão e de certa tolerância à agressão da mulher quando essa se justifica.

Será que há situações que justificam a violência? De acordo os dados obtidos, aparentemente há comportamentos que justificam e legitimam a violência e essa justificativa é sustentada tanto por homens quanto por mulheres. Dados do *The Center for Health and Gender Equity* (1999) atribuem fundamental importância aos papéis de homem e de mulher socialmente determinados e às diferenças culturais para a justificção da violência. Ainda segundo Aldrighi (2004), alguns teóricos apontam para o fato da violência aparecer como um padrão de comportamento na resolução de conflitos, utilizados tanto por homens quanto por mulheres, sendo assim justificados pelo contexto em que ocorrem. Autoras como Chauí (1995), Saffioti (2004) e Dias (2000) circundam essa justificção no sistema patriarcal que outorga aos homens o direito sob as mulheres.

No entanto, pode-se observar que, de forma geral, os tipos de violência foram percebidos como pouco justificados, uma vez que a pontuação média dos itens situou-se abaixo da média aritmética da escala, entre 2,37 (DP= 1,28) e 1,19 (DP= 0,66). Na pesquisa anteriormente mencionada, coordenada pelo Instituto Patrícia Galvão, foram encontrados resultados semelhantes, e apenas 19% dos homens justificam a violência, contra 13% das mulheres.

De acordo com esta primeira análise, o que se observa a partir das respostas dadas em relação às quatro dimensões avaliativas é que se estabelece uma relação perceptiva lógica entre estas dimensões. O item que é percebido como o mais violento é também considerado como o menos justo e maior merecedor de castigo. O item percebido como mais justificado é também percebido como menos merecedor de castigo. Um outro aspecto que merece atenção é o fato de que, em geral, os tipos de violência do homem contra a mulher mais salientes à percepção são a violência física e a violência sexual. Esses dados indicam a necessidade de uma maior discussão sobre outras formas de violência para que haja uma conscientização política e social sobre a abrangência do problema.

2. Construç3o dos indicadores das dimens3es perceptivas da viol4ncia: comunidade, categorizaç3o, justificaç3o e puniç3o

Por definiç3o te3rica, os v3rios tipos de viol4ncia s3o distintos entre si, bem como a percepç3o destes. No entanto, a construç3o dos indicadores das dimens3es perceptivas resultou de uma decis3o estatística, uma vez que o intento deste trabalho n3o 4 o de avaliar a percepç3o de cada tipo de viol4ncia separadamente, e sim, arguir sobre como as dimens3es perceptivas s3o influenciadas pela ades3o às crenças sociais essencialistas ou construtivistas.

Procedeu-se ent3o ao c3lculo dos índices de fidedignidade (Alfa de Cronbach) entre os oito itens de cada uma das dimens3es de percepç3o. Para a dimens3o da comunidade o Alfa de Cronbach foi de 0.86; para a dimens3o da categorizaç3o, o alfa foi de 0.82; para a dimens3o da justificaç3o, o alfa foi de 0.75; e para a dimens3o da puniç3o, o alfa foi de 0.82. Estes índices de fidedignidade permitiram a soma dos escores dos oito itens de cada dimens3o, que foi em seguida dividida pelo total de itens, construindo-se assim os quatro indicadores referentes às dimens3es perceptivas da comunidade, da categorizaç3o, da justificaç3o e da puniç3o da viol4ncia.

3. An3lise da estrutura da escala de crenças sociais essencialistas e construtivistas

A escala de crenças sociais acerca das diferenças entre homens e mulheres foi submetida a um tratamento estatístico para verificar a sua adequaç3o. Realizou-se uma an3lise do poder discriminativo dos itens, conforme os dados expostos na Tabela 2, a seguir. Considerou-se a m4dia das avaliaç3es dos estudantes nos dez itens de crenças construtivistas um indicador para a ades3o às crenças construtivistas, e nos dez itens de crenças essencialistas, um indicador para a ades3o às crenças essencialistas. Os escores obtidos nestes indicadores foram divididos usando-se a mediana como crit4rio, formando-se subgrupos com menor ades3o às crenças construtivistas e essencialistas, composto pelos sujeitos com escores abaixo da mediana, e com maior ades3o às crenças, composto pelos sujeitos com escores acima da mediana.

Tabela 2: Análise do poder discriminativo dos itens da escala de crenças sociais

Itens de Crenças construtivistas	t	P
As mulheres trabalham mais que os homens	-8,7	0,00
As mulheres têm menos oportunidades sociais do que os homens.	-9,2	0,00
Os homens têm mais chances de progredir na vida profissional que as mulheres	-8,7	0,00
Mesmo quando é uma excelente profissional, a mulher é sempre vista como um objeto sexual	-7,1	0,00
As mulheres ganham menos que os homens.	-10,0	0,00
As mulheres têm, em geral, mais escolaridade que os homens	-5,7	0,00
Os homens têm salários mais altos que as mulheres.	-10,0	0,00
Os homens são mais livres que as mulheres	-9,7	0,00
As mulheres são mais desvalorizadas socialmente que os homens.	-9,2	0,00
As mulheres são mais cobradas pela sociedade que os homens.	-10,9	0,00
Itens de Crenças essencialistas		
Os homens são mais fortes biologicamente que as mulheres	-3,1	0,02
Os homens têm mais capacidade de liderança que as mulheres	-7,2	0,00
As mulheres têm mais jeito que os homens para cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos.	-4,9	0,00
Os homens são naturalmente mais capazes que as mulheres para assuntos que exigem raciocínio lógico.	-4,3	0,00
Os homens são menos sensíveis às questões do relacionamento amoroso que as mulheres	-2,0	0,45
As mulheres são menos objetivas e racionais que os homens.	-2,3	0,20
Os homens são mais profissionais que as mulheres.	-3,7	0,00
As mulheres são naturalmente menos interessadas em sexo do que os homens	-2,4	0,13
É natural que os homens gostem mais de ficar “na rua” (em bares, festas, farras) que as mulhes	-3,5	0,00
É da própria natureza feminina ser mais fiel nos relacionamentos amorosos do que os homens	-3,4	0,01

Para a realização de uma análise fatorial exploratória com o conjunto de vinte itens, os indicadores obtidos sugeriram uma solução meritória (KMO = 0,78; Teste de Esfericidade de Bartlett: $\chi^2 = 1709,36$, $p < 0,000$). Procedeu-se então a uma análise fatorial pelo método dos Eixos Principais (PAF) com rotação Varimax e saturação mínima aceitável de ± 0.40 , obtendo-se uma solução fatorial final configurada em dois fatores, que apresentaram eigenvalues de 2,53 no primeiro fator e 2,23 no segundo. Na Figura 1 mais abaixo, é apresentado o *screeplot* dos valores próprios (*eigenvalues*) observados.

Como se pode notar na Figura 1, o gráfico aponta para uma solução de dois fatores, confirmando assim os pressupostos teóricos que compuseram o instrumento.

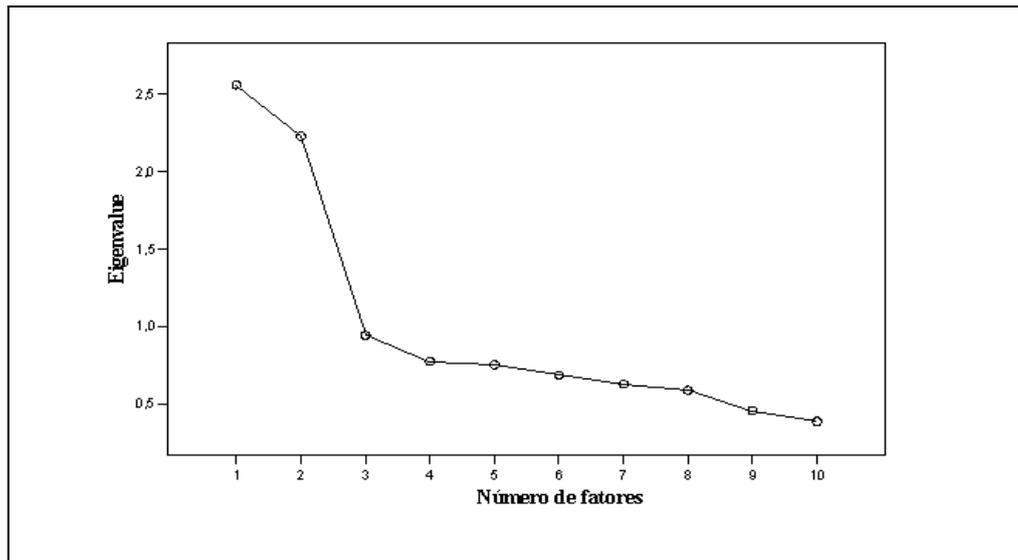


Figura 1. Análise Fatorial dos itens da Escala de Crenças Sociais Acerca das Diferenças entre Homens e Mulheres: representação gráfica dos *Eigenvalues*.

A solução fatorial adotada resultou da retirada de dez itens da escala inicial. O critério utilizado foi à fixação da saturação em 0.40, e os itens que não saturaram em nenhum dos fatores, ou saturaram nos dois, foram retirados. Sendo assim, a versão final da escala ficou composta de dez itens, cinco relativos às crenças essencialistas e cinco relativos às crenças construtivistas. Os indicadores obtidos após a retirada dos dez itens sugerem índices meritórios (KMO = 0, 74; Teste de Esfericidade de Bartlett: $\chi^2 = 876,905$; $p < 0,000$). Os dois fatores fixados explicam conjuntamente 35,85% da variância total e apresentam valores próprios 2.56 (referente ao primeiro fator) e 2.23 (referente ao segundo fator).

4. Análise das relações entre as crenças essencialista e construtivista e as dimensões perceptivas da violência: comunidade, categorização, justificação e punição

Finalmente, para analisar de que forma as crenças sociais essencialistas e construtivistas mediam a percepção da violência contra a mulher, foi utilizado o teste estatístico da Regressão Múltipla com o *método Enter*. Para análise dessas relações, consideramos o sexo dos participantes, a adesão às crenças construtivistas e as crenças essencialistas como variáveis antecedentes, e as dimensões perceptivas da violência como a variável critério. Os resultados foram analisados para cada uma das quatro dimensões.

Os dados a seguir, expostos na tabela 2, se referem à dimensão da comunidade.

Tabela 2: Regressão Múltipla (*método Enter*) para análise das relações entre sexo, crença construtivista, crença essencialista (antecedentes) e comunidade da violência do homem contra a mulher (critério).

Variáveis Antecedentes	Beta	T	Sig.
Sexo*	- 0,13	- 2,546	P < ,05
Crença construtivista	0,25	5,383	P < ,001
Crença essencialista	0,09	1,812	Não significativo
Proporção de variância explicada:	R ² = ,084 (8 %)		
Teste Estatístico: (probabilidade associada ao R ²)	F (3 / 445) = 14,718; P < ,001		

* Homem = 1; Mulher = 0

Nota-se que a variável sexo apresenta relação negativa com a dimensão da comunidade. Dito de outra forma, isso implica que amostra representada pelas mulheres apresentou uma tendência a ter uma maior percepção da dimensão da comunidade. Para elas, a violência contra a mulher é mais comum do que para os homens. Uma explicação plausível seja pelo fato delas representarem a parte mais vulneráveis desse pêndulo, e, portanto, mais expostas à violência, em suas diferentes formas.

A adesão às crenças construtivistas apresentou relação significativa em relação à comunidade, de forma que uma percepção construtivista das diferenças entre homens e mulheres implicou numa maior comunidade na percepção dos eventos de violência contra a mulher, sugeridos neste estudo. A adesão às crenças essencialistas não apresentou relação estatisticamente significativa.

Já para a dimensão da categorização, todas as relações apresentaram resultados significativos estatisticamente, conforme se observa na tabela 3.

Tabela 3: Regressão Múltipla (*método Enter*) para análise das relações entre sexo, crença construtivista, crença essencialista (antecedentes) e categorização da violência do homem contra a mulher (critério)

Variáveis Antecedentes	Beta	T	Sig.
Sexo*	- 0,15	- 3,057	P < ,05
Crença construtivista	0,23	5,129	P < ,001
Crença essencialista	- 0,24	- 5,070	P < ,001
Proporção de variância explicada:	$R^2 = ,177$ (17 %)		
Teste Estatístico: (probabilidade associada ao R^2)	$F (3 / 445) = 32,005$; P < ,001		

* Homem = 1; Mulher = 0

Para esta dimensão também se observa que a amostra feminina teve uma maior percepção da violência, em oposição à população masculina. Em relação às crenças construtivistas, estas se relacionaram de forma a contribuir para uma maior percepção da categorização, ao contrário as crenças essencialistas. Deste modo, a adesão a crenças construtivistas representou atribuir mais violência aos eventos sugeridos, e às crenças essencialistas, uma menor atribuição.

Na dimensão da justificção, o quanto se considerou o comportamento violento, justo, os dados revelam uma relação significativa em relação ao sexo dos participantes. Enquanto a amostra feminina apresentou a menor tendência de justificar os comportamentos violentos, o menos não ocorreu em relação à população masculina. Em relação às crenças, a adesão a crenças construtivistas também se associou a menor atribuição de justiça. Já a adesão às crenças essencialistas das diferenças entre homens e mulheres forneceu um bom argumento para justificar a violência contra a mulher, conforme representa os dados da tabela 4.

Tabela 4: Regressão Múltipla (*método Enter*) para análise das relações entre sexo, crença construtivista, crença essencialista (antecedentes) e justificação da violência do homem contra a mulher (critério)

Variáveis Antecedentes	Beta	T	Sig.
Sexo*	0,15	3,369	P < ,001
Crença construtivista	- 0,17	- 3,978	P < ,001
Crença essencialista	0,35	7,944	P < ,001
Proporção de variância explicada:	$R^2 = ,240$ (24 %)		
Teste Estatístico: (probabilidade associada ao R^2)	F (3 / 445) = 46,767; P < ,001		

* Homem = 1; Mulher = 0

Por fim, na última dimensão avaliada pelos participantes, a dimensão perceptiva da punição, as relações obtidas foram todas estatisticamente significativas.

Tabela 5: Regressão Múltipla (*método Enter*) para análise das relações entre sexo, crença construtivista, crença essencialista (antecedentes) e punição da violência do homem contra a mulher (critério)

Variáveis Antecedentes	Beta	T	Sig.
Sexo*	- 0,19	- 4,195	P < ,001
Crença construtivista	0,26	6,136	P < ,001
Crença essencialista	- 0,29	- 6,584	P < ,001
Proporção de variância explicada:	$R^2 = ,256$ (25 %)		
Teste Estatístico: (probabilidade associada ao R^2)	F (3 / 445) = 52,443; P < ,001		

* Homem = 1 ; Mulher = 0

A amostra feminina, como em todas as dimensões anteriormente avaliadas, se comportou de forma oposta à população masculina, uma vez que estes apresentaram uma menor tendência para atribuir punição às situações de violência contra a mulher, ao contrário daquela. Em relação à adesão às crenças, a adesão construtivista das diferenças entre homens e mulheres se relacionou com uma maior atribuição de punição. O inverso aconteceu com a adesão essencialista, que se relacionou com uma menor atribuição de punição da violência contra a mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou analisar como a adesão a essas crenças essencialistas e construtivistas está relacionada à percepção social acerca da violência do homem contra a mulher. Seus achados permitiram supor uma influência dessas crenças na percepção da violência, uma vez que a adesão a uma visão construtivista está associada a uma acentuação da percepção da violência, em contrário  adesão a uma visão essencialista, associada a uma atenuação da percepção da violência, para todas as dimensões perceptivas avaliadas. Do mesmo modo, o sexo também desempenha um papel importante nesse fenmeno, uma vez que ser homem está associado a uma atenuação da percepção da violência, e ser mulher, uma maior percepção da violência contra a mulher.

Segundo Santos & Izumino, para Marilena Chauí, um dos resultados da violência contra a mulher se caracteriza pela inferiorização da condição feminina em relao  masculina, através do discurso que naturaliza aquela condição e serve de base para diferenciação social e desigualdades hierárquicas entre os papéis feminino e masculino, com o fim de dominar, explorar e oprimir a mulher. Ao situar as explicações da violência contra a mulher nas crenças sociais entre homens e mulheres, este trabalho buscou avançar nos estudos e chamar para a nossa responsabilidade social frente  violência.

Sendo assim, considerou aqui que a violência contra as mulheres é fundamentada por desequilíbrios de poder entre os homens e as mulheres e é causado e perpetuado por fatores sociais e culturais que justificam esta violência gerando um consentimento social que suporta e aporta a violência ao sabor do tempo. A justificação da violência origina-se pelas normas comuns aos gneros, ou seja, as normas sociais sobre o papel e os deveres referentes aos homens e as mulheres. Essa naturalização a respeito dos papéis fornece um cenário social esttico, que aprisiona homens e mulheres em situações limite, como é o caso da violência. Também remete à assimetria de poder entre a condição masculina e feminina que faz parecer que certas situações de violência experimentadas pelas mulheres sejam relevadas e invisibilizadas como experiências de vida usuais. (Schraiber & D'Oliveira, 2002). Tal como considera Saffioti (2004),  através da socialização pelo patriarcado que a violência contra a mulher é passada de geração para geração.

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, V. G., CARVALHO, R. R., SIQUEIRA, V. R., MATOS E SOUZA, F.G. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista de Saúde Pública*, n. 39, p. 108-113, 2005.
- ALDRIGHI, T. Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo – Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, n.6, pp. 105-120, 2004.
- ALVES, A. M. , COURA-FILHO, P. Avaliação das ações de atenção às mulheres sob violência no espaço familiar, atendidas no Centro de Apoio à Mulher (Belo Horizonte), entre 1996 e 1998. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 6, pp. 243-257, 2001.
- ANTAS, K. C. Visões sociais de homem e de mulher: um estudo do conhecimento social acerca do ser homem e do ser mulher. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.
- BEM, S. L. & BEM, D. J. O estudo do caso de uma ideologia não - consciente: Preparando a mulher para conhecer seu lugar. In: Bem, D. J. (1973). *Convicções, atitudes e assuntos humanos*. Tradução de Carolina Martuselli Bori. São Paulo: EPU.
- BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos avançados*, n. 17, pp. 87-98, 2003.
- BONIFAZ, R.G.V., NAKANO, A. M.S. La violencia intrafamiliar, el uso de drogas en la pareja, desde la perspectiva de la mujer maltratada. *Revista Latino-americana de Enfermagem* (12 número especial), pp.433-438, 2004.
- CAMACHO, L. M, Y. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. *Educação e Pesquisa*. V.27, n.1, pp. 123-140, 2001.
- DESLANDES, S. F., GOMES, R., SILVA, C. M. F. P. Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16(1), pp. 129-137, 2000.
- DIAS, I. (2000). O espaço doméstico como lugar de violência inter-gêneros. Acesso em abril de 2005: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1483.pdf>
- DOBASH, R. P., DOBASH, R. E., WILSON, M., DALY, M. The myth of the sexual symmetry in marital violence. *Social Problems*, 39, pp. 71-91, 1992.
- GELMAN, S. A. Psychological essentialism in children. *TRENDS in Cognitive Sciences*, v.8, n.9, pp.404-409, 2004.
- GIANINI, R.J., LITVOC, J. & ELUF NETO, J. Agressão física e classe social. *Revista de Saúde Pública*, 33 (2): pp. 180-186, 1999.

GIFFIN, K. M. Violência de gênero, sexualidade e saúde. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 10 (supl.1) pp.146-155, 1994.

GIFFIN, K. M. . Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. Cadernos de saúde pública, n. 7, vol. 2, pp. 190-200, 1991.

HASLAM, N., BASTIAN, B., BAIN, P. & KASHIMA, Y. Group Processes & Intergroup Relations, v. 9, n. 1, 63–76, 2006.

HEISE, L. Violência e gênero: Uma epidemia global. Caderno de saúde pública. N. 10 (suplemento 1), pp.135-145, 1994.

HEISE, L., ELLSBERG, M. & GOTTEMOELLER, M. Ending Violence Against Women. Population Reports, Series L, nº 11, 1999.

HIRSCHFELD, L. A. Natural assumptions: race, essence, and taxonomies of human kinds. Social Research, v. 65, n.2, pp. 331- 339, 1998.

KRÜGER, H. Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In: Marcus Eugênio Oliveira Lima, Marcos Emanuel Pereira (Orgs.). Estereótipos, Preconceito e Discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas. Salvador: EDUFBA, pp 23-40, 2004.

LARANJEIRA, R. & HINKLY, D. Avaliação da densidade de pontos de vendas de álcool e sua relação com a violência. Revista de Saúde Pública. n.36, pp.455-461, 2002.

MACEDO, A. C., PAIM, J. S., SILVA, L. M. V., COSTA, M. C. N. (2001). Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. Revista de Saúde Pública, n.35, pp.515-522, 2001.

MAHALINGAM, R. (2005). Essentialism, power and the representation of social categories: A Folk sociology perspective. (no prelo)

MAHALINGAM, R., RODRIGUEZ, J. Essentialism, power and cultural psychology of gender. Journal of Cognition and Culture, pp.157-174, 2003.

MAIA, C., LOPES, M. de F. As desigualdades de gênero no contexto do desenvolvimento humano. Unimontes Científica. Montes Claros, v.1, n.1, pp. 1-15, 2001.

MINAYO, M. C. S., DESLANDES, S. F. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. Caderno de Saúde Pública, n.14, pp. 35-42, 1998.

NOGUEIRA, C. (2001). Feminismo e discurso de gênero na Psicologia Social. Acesso em março de 2006: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4117/1/feminismo+e+discurso+do+g%C3%A9nero+na+psicologia+social.pdf>.

POESCHL, G., MÚRIAS, C., RIBEIRO, R. As diferenças entre os sexos: Mito ou realidade? Análise Psicológica, ano 2, Vol. XXI pp. 213-228, 2003.

PENTRICE, D. A., MILLER, D. T. Essentializing differences between women and men. *Psychological Science*, v. 17, n. 2, pp. 192-132, 2006.

SAFFIOTTI, H. I. B. Gênero, violência e patriarcado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, C. M., IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, 16, p. 147-164, 2005.

SCHRAIBER, L. B, D'OLIVEIRA, A. F., França -Junior, I. & Pinho, A. A. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, 36, pp. 470-477, 2001.

SCHRAIBER, L. B. , D'OLIVEIRA, A. F.(2002). Violência contra mulheres: Interfaces com a saúde. Acesso em 20 de dezembro de 2003: <http://www.ipas.org.br/rhama/arquivos/interface.doc>

SILVA, I. V. Violência contra mulheres: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de Salvador, Bahia, Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, n.19, pp. 263-272, 2003.

SOIHET, R. (2001). Formas de violência, relações de gênero e feminismo. Acesso em março de 2006: <http://gladiator.historia.uff.br/nec//textos/text34.PDF>

SOIHET, R. (1997). Violência simbólica: Saberes masculinos e representações femininas, *Estudos Feministas*, v. 5, n. 1, 1997.

SOUSA, V. A. Por trás das cortinas de damasco: A dinâmica da violência doméstica. João Pessoa: Centro da mulher 8 de março, 2004.

The Center for Health and Gender Equity (CHANGE). Volume XXVII, Número 4, Dezembro de 1999

Contato: E-mail: juliana.psocial@gmail.com

Recebido em 17 de setembro de 2010. Aceito em 20 de novembro de 2010.

